

Ambiguidade e vagueza

Os vários significados das palavras

Continuando com o estudo das propriedades semânticas ainda dentro de uma perspectiva referencial, farei, neste capítulo, um estudo sobre a ambiguidade e os fenômenos relativos a essa propriedade, tais como a polissemia, a vagueza¹ etc. No capítulo “Papéis temáticos”, veremos outra maneira de tratar a polissemia, sob uma perspectiva cognitiva; e no capítulo “Ato de fala e implicaturas conversacionais”, veremos um outro tipo de ambiguidade, a situacional, que é uma propriedade relativa ao uso da língua.

Todo falante sabe que dar o significado das palavras não é uma tarefa fácil. Às vezes, pensamos que sabemos o significado de determinada palavra, mas, quando tentamos estabelecê-lo exatamente, ele nos foge. Isso se deve ao fato de o significado, na maioria das vezes, estabelecer-se a partir de um determinado contexto.² Geralmente é mais fácil definir uma palavra se esta é dada no contexto de uma sentença. Efeitos contextuais podem direcionar os significados das palavras para diferentes caminhos. Veja, por exemplo: se eu perguntar o sentido do verbo *quebrar* para qualquer falante do português, há uma grande chance de ele me responder que é o ato de alguma coisa se partir, ou seja, o ato de alguma coisa mudar de estado. Entretanto, se analisarmos as sentenças a seguir, veremos que a resposta não é tão simples assim:

- (1)
- a. O Paulo quebrou o vaso com um martelo.
 - b. O Paulo quebrou o vaso com o empurrão que levou.
 - c. O Paulo quebrou sua promessa.
 - d. O Paulo quebrou a cabeça no acidente.
 - e. Paulo quebrou a cabeça com aquele problema.
 - f. Paulo quebrou a cara.
 - g. Paulo quebrou a empresa.

Será que em (1) temos outros sentidos, além do que parece mais óbvio, para *quebrar*? Ou o verbo *quebrar* tem o mesmo sentido em todas as ocorrências, sendo somente influenciado pelos contextos em que aparece? Será que existe um sentido geral em que se encaixe a palavra *quebrar* em todos os diferentes contextos mostrados em (1)? Podemos perceber que, em (1a) e em (1b), os sentidos são bem próximos, talvez *partir* ou *estilhaçar*, só mudando as funções semânticas que o sujeito de cada sentença tem: em (a), o *Paulo* é o próprio agente da ação; em (b), o *Paulo* é somente a causa. Em (c), já temos um sentido mais abstrato do que seja *quebrar*, ou seja, temos a ideia de *descumprir*. Em (d), o verbo *quebrar* tem o sentido de *machucar*. Em (e), temos a ideia de *pensar muito* ou *refletir*. Em (f), podemos dizer que se recupera o sentido de *decepcionar*. Finalmente, em (g), podemos pensar que *quebrar* tem o sentido de *falir*. O problema colocado anteriormente, em geral, é discutido pelos semanticistas em termos de ambiguidade ou vagueza. Vejamos, pois, como se definem essas noções.

Ambiguidade vs. vagueza

Seguindo a argumentação de Saeed (1997), podemos dizer que, dos exemplos em (1), se cada ocorrência de *quebrar* tiver um sentido diferente, então *quebrar* é ambíguo de sete maneiras. Entretanto, se as sete ocorrências em (1) compartilharem um mesmo sentido mais geral, então *quebrar* é simplesmente vago em seus diferentes usos. A ideia geral é que, em exemplos de vagueza, o contexto pode acrescentar informações que não estão especificadas no sentido; e, em exemplos de ambiguidade, o contexto especificará qual o sentido a ser selecionado. O problema, naturalmente, é decidir, para um dado exemplo, quando está envolvida a ideia de ambiguidade ou de vagueza. Muitos testes são propostos para se fazer a distinção entre essas duas noções. Vejamos, pois, alguns deles.

Um primeiro teste, proposto por Kempson (1977), consiste no uso da palavra *também*³ como uma forma reduzida de sentença, sendo uma maneira de se evitar a repetição da sentença anterior. Tornemos mais claro esse exemplo:

- (2) a. O Carlos adora sorvete; a Maria *também*.
b. O João corria todos os dias; a Maria *também*.

As sentenças em (2) são compreensíveis porque existe uma convenção estabelecida de identidade entre a primeira sentença e a sentença inferida a partir da palavra *também*. Entendemos que, em (2a), *a Maria adora sorvete* e que, em (2b), *a Maria corria todos os dias*. O teste de ambiguidade de Kempson vale-se dessa identidade: se a sentença antecedente tiver mais de uma interpretação, então a segunda também terá as mesmas interpretações da sua antecedente. Por exemplo, qualquer que seja o sentido atribuído à sentença ambígua em (3), a sentença reduzida também o escolherá:

- (3) O João adora aquele canto; a Maria *também*.

A ambiguidade da sentença, em (3), origina-se do fato de a palavra *canto* ter dois significados distintos: *canto* relacionado a música, ou *canto* relacionado a lugar. Veja que, se você entender que a palavra *canto* refere-se à música, as duas sentenças terão que se referir à música. É impossível se ter uma interpretação em que a primeira sentença refira-se à música e a segunda, ao lugar, ou vice-versa. A sentença (4) não seria uma paráfrase de (3):

- (4) O João adora aquela música e a Maria adora aquele lugar.

Opondo-se a esse comportamento, se tivermos sentenças em que exista só a vagueza dos termos, os aspectos inespecíficos do sentido serão invisíveis a essa identidade do *também*. Pode-se comparar isso, por exemplo, com a palavra *beijo*, que é uma palavra que pode ser considerada vaga (beijo na mão, no rosto, na boca), mas não ambígua:

- (5) O João beijou a Maria; o Paulo *também*.

É perfeitamente possível que essas sentenças estejam descrevendo um fato como: o João beijou a Maria no rosto e o Paulo a beijou na mão. Repare que, quando a sentença é vaga, a interpretação da especificidade da segunda sentença com *também* não fica restrita à interpretação da mesma especificidade da primeira; diferentemente das sentenças ambíguas. Esse teste parece funcionar bem para distinguir essas noções. A complicação em aplicá-lo é que nem sempre conseguimos, em uma mesma sentença, as duas interpretações da ambiguidade, como no caso de *quebrar*. Fica difícil imaginar uma mesma sentença em que se possam atribuir os sentidos de *falir* e de *decepcionar* ao verbo *quebrar*, ou mesmo uma sentença em que se tenham as duas interpretações de *estilhaçar* e de *machucar*.

Outro teste para se distinguir ambiguidade é verificar se, a cada uma das possíveis interpretações de uma ambiguidade, estará associada uma rede de sentidos específica. Essa relação semântica específica não pode ser transferida de um sentido para o outro. Por exemplo, *quebrar* pode estar associado a dois sentidos distintos: ao de *estilhaçar*, como em (1a) e (1b), e ao de *descumprir*, como em (1c). Vamos chamá-los de *quebrar*₁ e de *quebrar*₂. Podemos associar a *quebrar*₁ várias palavras que façam parte de seu campo semântico. Por exemplo, *vaso* é uma palavra que tem como característica semântica [ser quebrável]; portanto, vamos assumir que essa palavra faça parte do campo semântico de *quebrar*₁. Observe que, nas sentenças que se constroem com *quebrar* e *vaso*, podemos substituir o verbo por outro que tenha o mesmo sentido de *quebrar*₁, mas isso não é possível se empregarmos o *quebrar*₂. Veja, no exemplo a seguir, como a sentença (c) fica anômala:

- (6) a. O Paulo quebrou o vaso.
b. O Paulo estilhaçou o vaso.
c. *O Paulo descumpriu o vaso.

Vamos agora associar ao campo semântico de *quebrar*₂ a palavra *promessa*. Nesse contexto sentencial, só podemos substituir o verbo por outro que tenha o mesmo sentido de *quebrar*₂:

- (7) a. O Paulo quebrou a promessa.
b. O Paulo descumpriu a promessa.
c. *O Paulo estilhaçou a promessa.

O teste de relação de sentidos empregado sugere que existe uma ambiguidade para *quebrar* em (1a) e (1b) e em (1c).

Existem várias outras propostas para testes de ambiguidade; entretanto, o que se pode observar é que muitos deles são difíceis de se aplicar devido à dificuldade de se criar contextos adequados, e poucos são aqueles em que não existe algum tipo de contrariedade em relação à sua aplicação. Para se ter uma leitura mais detalhada a respeito desses testes, ver Cruse (1986: 49-83).

Retomando a noção de vagueza, torno a realçar que esse fenômeno semântico está associado a expressões que fazem referências apenas de uma maneira aproximada, deixando o contexto acrescentar as informações não especificadas nas expressões vagas. Tomem-se, como exemplo, adjetivos relacionais como *alto*, *grande*, *simples* etc. Se pensarmos que um elefante é grande, estaremos corretos. Mas se pensarmos que uma formiga de vinte centímetros é grande, também estaremos corretos. Portanto, a ideia de grandeza é uma noção vaga. Veja que certos quantificadores, como *vários*, *alguns* etc., não especificam quem são as pessoas exatas de quem falamos. Até mesmo adjetivos que parecem mais determinados podem ser vagos. Se pensarmos em *verde*, não saberemos o limite certo de onde essa cor passa para o azul (como um azul-esverdeado) ou, em direção inversa, quando passa para o amarelo (como um amarelo-limão). Em realidade, podemos observar que quase todas as palavras da língua têm certa vagueza de sentido. Mesmo palavras como *xicara*, por exemplo, conforme citado anteriormente. Se aumentarmos a sua dimensão, alguns já poderiam achar que se trata de uma *tigela*. Apesar de não sabermos o limite no qual começa uma *tigela* e termina uma *xicara*, todos sabem reconhecer que alguns objetos são claramente *xicaras* e que outros são claramente *tigelas*. Entretanto, existem alguns que estariam no limite dessa gradação, onde não saberíamos ao certo se seria uma *xicara* ou uma *tigela*.⁴ Além disso, podemos acrescentar que a vagueza é um fenômeno gradual, pois é fácil perceber que algumas expressões são bem mais vagas (*grande*) do que outras (*verde*).

Em termos de processo de comunicação, a vagueza é uma propriedade da língua muito útil. Trata-se de uma maneira econômica e, contraditoriamente, exata de nos

expressarmos, sem que sejamos obrigados a determinadas escolhas, às vezes, muito complicadas no uso da língua. O emprego da palavra *verde* livra-nos de ter que decidir exatamente onde estão os limites espectrais dessa cor. Falante e ouvinte se entendem, chegando sempre a um acordo sobre os casos mais óbvios. Em geral, o contexto acrescenta a informação adequada para especificar o tipo de vagueza em jogo. Quando isso não ocorre, resta ao falante ser mais explícito em relação ao que ele quer comunicar. Repito o exemplo de Chierchia (2003: 66):

- (8) a. Hugo é alto.
b. Como alto? Ele não tem nem 1,65m.
c. Mas eu estava pensando alto para um jóquei.

Em relação à vagueza, ainda uma observação. Existe outro fenômeno, a indicialidade, que pode ser confundido com o fenômeno da vagueza. A indicialidade está em expressões cujas referências variam de contexto para contexto, mas seus sentidos permanecem constantes, sem serem vagos, como às vezes podem ser interpretados por alguns; ou seja, a indicialidade está associada às palavras dêiticas. Lembrando o exposto no capítulo “Outras propriedades semânticas” sobre a dêixis, por exemplo, o *eu* pode-se referir a vários indivíduos no mundo, mas nem por isso esta pode ser considerada uma palavra de sentido vago, pois sempre quer dizer *o falante do discurso*. O mesmo podemos dizer sobre palavras como *aqui* e *agora*: a interpretação do *aqui* está relacionada ao lugar do qual o falante está falando; a interpretação do *agora* está relacionada ao tempo de fala. Como notamos, não podemos exatamente dizer que essas palavras são vagas, mas, sim, indiciais.

Podemos resumir, então, que a ambiguidade e a vagueza são fenômenos semânticos que só podem ser resolvidos no contexto.⁵ A diferença entre as duas é que, para a ambiguidade, o contexto tem a função de selecionar qual dos possíveis sentidos será utilizado; para a vagueza, o contexto pode apenas acrescentar alguma especificidade que não está contida na própria expressão. Ainda podemos observar que, até este ponto, só me referi às ambiguidades chamadas lexicais, isto é, ambiguidades que são geradas pelos itens lexicais. Entretanto, ainda existem nas línguas várias outras fontes geradoras de ambiguidades. Antes de passar para a explicação dos tipos de ambiguidades existentes, proponho, a seguir, alguns exercícios para estabelecer a diferença entre as três propriedades investigadas: ambiguidade, vagueza e indicialidade.

EXERCÍCIOS

1. Verifique, nas sentenças a seguir, que tipo de relação está ocorrendo: ambiguidade, vagueza ou indicialidade. Use, se possível, os testes propostos.

- 1) Todo homem ama a sua mulher.
- 2) O João atirou em um pato correndo.
- 3) Nós adoramos estudar Semântica.
- 4) Algumas pessoas adoram Física.
- 5) O João é um rapaz satisfeito.

ii. Considere o verbo *amarelar*. Pode-se afirmar que essa palavra é, ao mesmo tempo, ambígua, vaga e indicial. Procure construir exemplos para demonstrar essas possibilidades.

Tipos de ambiguidade

Temos, então, que a ambiguidade é, geralmente, um fenômeno semântico que aparece quando uma simples palavra ou um grupo de palavras é associado a mais de um significado. Vejamos alguns exemplos⁶:

- (9) Eu estou indo para o banco, neste exato momento.
- (10) Homens e mulheres competentes têm os melhores empregos.
- (11) Todos os alunos comeram seis sanduíches.
- (12) Eu não posso falar de chocolate.

Vemos que, para cada um dos exemplos, há duas ou mais interpretações distintas. Antes que eu mostre as possíveis interpretações de (9) a (12), tente você mesmo achá-las. Em (9), é a palavra *banco* que gera as duas interpretações: ou *eu estou indo para uma instituição financeira*, ou *eu estou indo para o assento, como o banco da praça*. Em (10), podemos entender como *homens e mulheres são competentes*, ou como *só as mulheres são competentes*. O que gera essa ambiguidade é a estrutura do sintagma nominal (SN)⁷, ou seja, a sintaxe da sentença. Em (11), temos uma ambiguidade gerada pela possibilidade de distribuição entre o quantificador *todos* e o SN plural *seis sanduíches*: ou temos que *cada aluno comeu seis*, ou *todos os alunos juntos comeram os seis*. Essa é conhecida como ambiguidade de escopo. Na última sentença, a ambiguidade é gerada pelas possíveis implicações que podemos extrair dela: ou *eu detesto chocolate*, ou *eu adoro chocolate*. Essa é a ambiguidade situacional, que será estudada no capítulo "Atos de fala e implicações conversacionais". Separando somente este último tipo de ambiguidade, a situacional, podemos dizer que, para identificar os acarretamentos de sentenças ambíguas, temos de definir, exatamente, em qual sentido a sentença está sendo interpretada.

Como vimos nos exemplos anteriores, a ambiguidade pode ser gerada por vários fenômenos da língua, ou até mesmo de seu uso. Tentarei classificá-los, seguindo, de uma maneira geral, as ambiguidades mostradas na literatura semântica. Entretanto, ao

longo da minha prática didática, pude reparar que vários exemplos que os alunos me traziam não se encaixavam nos vários tipos propostos na literatura a que tive acesso. Por isso, resolvi incluir alguns outros fenômenos linguísticos geradores de ambiguidade, usando, para tal classificação, a definição trivial de que sentenças ambíguas são aquelas que apresentam mais de uma interpretação possível.

Ambiguidade lexical

Retomando o exemplo (9) em (13), temos:

- (13) Eu estou indo para o *banco*, neste exato momento.

Em (13), temos um exemplo de ambiguidade lexical, ou seja, a dupla interpretação incide somente sobre o item lexical. Como já vimos, é o item lexical *banco* que torna a sentença ambígua. Entretanto, a ambiguidade lexical pode ser gerada por dois tipos de fenômenos distintos: a homonímia e a polissemia.

Homonímia

A homonímia ocorre quando os sentidos da palavra ambígua não são relacionados. Existem as palavras homógrafas (14), com sentidos totalmente diferentes para a mesma grafia e o mesmo som; e as homófonas, com sentidos totalmente diferentes para o mesmo som de grafias diferentes (15). Vejamos os exemplos:

- (14) a. banco
 - instituição financeira⁸
 - lugar em que se assenta
- b. manga
 - fruta
 - parte do vestuário

- (15) sexta/cesta

Entretanto, essa divisão não é muito relevante. Por isso, para os nossos estudos, consideraremos simplesmente a noção de homonímia.

Podemos ainda observar que as variações de pronúncia apontam para o fato de que nem todos os falantes possuem o mesmo grupo de homonímias. Por exemplo, em um dialeto caipira, a palavra *carma*, pronunciada como *carma*, pode ser homônima da palavra *carma* (castigo). O que não ocorreria em nosso dialeto. Tente achar outros exemplos desses na nossa língua.

Polissemia

Existe uma diferença entre homonímia e polissemia tradicionalmente assumida pela literatura semântica, mais especificamente pela Lexicologia. Todos os

dois fenômenos lidam com os vários sentidos para uma mesma palavra fonológica; entretanto, polissemia ocorre quando os possíveis sentidos da palavra ambígua têm alguma relação entre si:⁹

(16) pé: pé de cadeira, pé de mesa, pé de fruta, pé de página etc.

(17) rede: rede de deitar, rede elétrica, rede de computadores etc.

Em (16), o sentido de pé, como sendo a base, é recuperado em todos os outros sentidos. Em (17), a ideia de alguma coisa entrelaçada é recuperada em todos os sentidos dados. Para estabelecer essa relação entre as palavras polissemicas, usamos a nossa intuição de falante *e*, às vezes, os nossos conhecimentos históricos a respeito dos itens lexicais. Entretanto, você perceberá que estabelecer se os itens são ou não relacionados não é tão trivial, *e*, por isso, a polissemia é um dos temas mais investigados na literatura linguística. Nem sempre há uma concordância entre os falantes se há a relação entre os itens em questão, ou mesmo a recuperação histórica desses itens pode ser tão antiga que, na atualidade, mesmo se houvesse uma relação anterior, seriam palavras sem relação.

A distinção homonímia/polissemia é de extrema relevância na descrição do léxico de uma língua. Palavras polissemicas serão listadas como tendo uma mesma entrada lexical, com algumas características diferentes; as palavras homônimas terão duas (ou mais) entradas lexicais. Em muitos casos, a mesma palavra pode ser considerada uma homonímia em relação a determinado sentido e ser polissemica em relação a outros. Observemos o item lexical *pastas*:

(18) pasta₁ = pasta de dente, pasta de comer (sentido básico = massa)

(19) pasta₂ = pasta de couro, pasta ministerial (sentido básico = lugar específico)

O item lexical *pastas* pode ser tanto polissemico nos vários sentidos associados a cada ocorrência, como pode ser homônimo entre (18) e (19), pois me parece que os sentidos são totalmente distintos.

Essa distinção ainda é muito relevante em outros domínios, pois é um fator condicionante de boa parte da descrição gramatical. Por exemplo, as funções semânticas atribuídas por um verbo vão depender de considerarmos suas várias acepções. Se for um verbo como *quebrar*, e tiver o sentido de alterar o estado de objetos, teremos associadas à entrada lexical desse verbo as seguintes informações semânticas: o verbo tem uma causa e um paciente *e*, portanto, duas posições a serem preenchidas na sintaxe. Entretanto, se *quebrar* tiver o sentido de *deceptionar*, terá associado, ao léxico, a informação de que possui somente a função semântica de experienciador *e*, portanto,

apenas uma posição sintática a preencher. A questão é como vamos colocar esse verbo no léxico: como uma palavra homônima ou polissemica?

A distinção homonímia/polissemia ainda condiciona perguntas como: *ir* como auxiliar é o mesmo verbo que *ir*, verbo de movimento? Ou seja: o verbo auxiliar *ir* é um verbo de movimento? Mais: é possível um mesmo item léxico ser um substantivo (*canto*) e uma forma verbal (*eu canto*)? Mas essas são questões que não vamos tratar aqui. Focalizaremos nosso estudo somente nas sentenças que geram ambiguidades.

Vejamos alguns exemplos de sentenças que contenham algum tipo de ambiguidade lexical e tentemos definir se é uma polissemia ou uma homonímia:

(20) Aquela *canto* era o preferido pela Iolanda.

(21) O Henrique cortou a *folha*.

(22) O Frederico esqueceu a sua *concha*.

As nossas intuições são as mesmas? Em (20), tem-se a palavra *canto*, que teria como significado geral tanto a palavra *música* como a palavra *lugar*. Parece-me que temos aí uma homonímia, pois são sentidos não relacionados. Em (21), a palavra *folha* pode ser folha de caderno ou folha de árvore. Em que esses sentidos podem estar relacionados? Podemos associar *papel* a árvore? Qual é a sua intuição? Em (22), consigo afirmar que *concha* de mar e *concha* de cozinha têm o mesmo formato, daí a associação polissemica. Já deu para você perceber que distinguir polissemia de homonímia não é uma tarefa banal.¹⁰

Ambiguidade ou vagueza com preposições?

(23) O quadro da Maria é muito bonito.

(24) O burro do Paulo anda doente.

Em (23), podemos ter três interpretações: o quadro que a Maria pintou, o quadro que a Maria tem e o quadro que fizeram da Maria. Em (24), temos duas interpretações: o burro que o Paulo tem ou o burro que o Paulo é. O que gera essas ambiguidades é a preposição *de*.¹¹

Em Kempson (1977: 127), exemplos com preposição, principalmente com a preposição *de*, como os anteriores, são apresentados como casos de vagueza. A autora afirma que “um tipo de vagueza é a indeterminação do significado de um item ou sintagma, cuja própria interpretação parece intangível e indeterminada. Talvez, um dos exemplos mais extremos disso se encontre em sentenças construídas com a preposição *de*: o livro de João, o trem de João, os lençóis de João”. Entretanto, se aplicarmos o teste de ambiguidade, proposto pela própria autora, chegaremos à conclusão de que não é tão claro que os exemplos anteriores sejam exemplos de vagueza. Vejamos os testes:

- (25) Muitas pessoas compraram o quadro da Maria; e o do João também.
 (26) O burro do Paulo anda doente; e o do João também.
 (27) O livro do João fez o maior sucesso; e o do Paulo também.
 (28) O trem do João passa cedo; e o do Paulo também.

Não me parece possível que tenhamos as interpretações disjuntivas seguintes para as sentenças (25), (26), (27) e (28), respectivamente:

- (29) Muitas pessoas compraram o quadro que a Maria pintou e o quadro em que o João é modelo.
 (30) O burro que o Paulo tem anda doente e o burro que o João é anda doente.
 (31) Fez o maior sucesso o livro que o João escreveu e o livro que o Paulo comprou.
 (32) Passa cedo o trem que o João conduz e o trem que o Paulo pega.

A minha interpretação sobre ocorrências com preposição é que realmente são sentenças ambíguas, pois essas têm claramente duas ou mais interpretações, e só o contexto específica qual dos sentidos está sendo utilizado na sentença. Por exemplo, sentenças com preposições são muito distintas de sentenças claramente vagas:

- (33) Várias pessoas moram aqui.
 (34) A pessoa indicada já chegou.

Essas sentenças não têm duas interpretações, apenas não são especificadas. Muito diferente das sentenças com preposições. O que ocorre é que preposições são itens lexicais “leves”, ou seja, podem ter vários sentidos, que só serão estabelecidos a partir da composição com seu complemento e, às vezes, até mesmo em composição com o verbo,¹² principalmente a preposição *de*, que pode se referir à origem (*veio de São Paulo*), à qualidade (*o burro do Paulo, casa de pedra*), ao modo (*veio de cavalo*), ao agente (*o quadro da Maria*), à posse (*casa da Maria*) etc. Mas repare que, apesar de serem muitas possibilidades, só podem ser essas; não podem ser outras, como companhia, afetado etc. Ao contrário do que afirma Kempson (1977), a interpretação das preposições não é “intangível e indeterminada”, pois as preposições têm associadas a elas determinados sentidos, que devem estar listados no léxico. Veja que não podemos colocar as preposições de uma maneira arbitrária; estas só se encaixam em contextos em que existe uma compatibilidade semântica com alguns dos sentidos que possam ter:

- (35) A Maria veio de São Paulo. *com São Paulo/sobre São Paulo (a preposição tem que ter o sentido de origem)
 (36) A Maria comprou uma casa por/de/com cem mil reais. *em cem mil reais/ contra cem mil reais (a preposição tem que ter o sentido de valor)

Portanto, a ambiguidade é gerada pela “leveza” do conteúdo semântico, normalmente associada às preposições. Note que algumas preposições são mais leves que outras; o *de* é um exemplo prototípico de leveza de conteúdo, e a preposição *até* é um exemplo prototípico de conteúdo mais pleno. Veja outros exemplos com preposições que têm mais de um sentido:

- (37) O João fez a prova pela Maria.
 (38) O deputado falou sobre o carro de bombeiros.

Em (37), a preposição *por* pode ser interpretada tanto como *em intenção da Maria* como *em lugar da Maria*. Em (38), a preposição *sobre* pode ser interpretada tanto como *em cima do carro de bombeiros* como *o assunto de sua fala foi o carro de bombeiros*. Assumo, pois, que sentenças envolvendo preposições que levam a duas ou mais interpretações são, em realidade, exemplos de ambiguidade lexical. Note que o contexto, nesse caso, não funciona como o especificador de algum dado não explícito, como no caso de *vagueza*, mas funciona como o selecionador do sentido desejado, como no caso de ambiguidade. Por exemplo:

- (39) O quadro da Maria é muito bonito. Ela é uma excelente pintora.

O contexto em (39) seleciona um único sentido para a sentença em (23): só podemos interpretar essa sentença como sendo *a Maria* a agente da ação de pintar o quadro.

Outro caso: *vagueza* ou implicatura?

- (40) Todo número é par ou ímpar.
 (41) Você quer café ou leite?

Em (40), temos o caso em que o *ou* só tem uma leitura exclusiva, ou seja, não há ambiguidade de interpretação: só pode ser uma coisa ou a outra. Mas, em (41), temos uma leitura exclusiva e inclusiva: ou podemos entender que você escolherá apenas uma das opções, ou podemos entender que você escolherá as duas. É perfeitamente possível uma resposta como: “Eu quero os dois, café e leite”. Para Kempson (1977: 128), esse exemplo trata de uma *vagueza*, não de ambiguidade. A autora argumenta que “casos em que o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações, é um caso de *vagueza*”. Nesse caso específico do *ou*, não conseguimos aplicar nenhum dos testes propostos anteriormente. Mas podemos perceber que o contexto seleciona o sentido, o que é uma característica típica de ambiguidade. Não me parece razoável associar apenas uma inespecificidade ao sentido de *ou*, que será mais especificado no

contexto. Parece-me, antes, que existem duas interpretações distintas e que uma delas será escolhida, dependendo da entonação dada à sentença.¹³

Chierchia (2003: 255) assume outra possibilidade para a ocorrência do *ou* inclusivo/disjuntivo. Para o autor, o *ou* pode ser tratado como lexicalmente ambíguo: ele pode tanto ter uma leitura exclusiva quanto inclusiva. Existe também uma segunda possibilidade, a mais adorada na literatura, principalmente em Pragmática, que consiste em associar ao *ou* apenas uma das leituras possíveis, deixando a segunda por conta de uma inferência guiada pelo contexto, ou seja, uma implicatura. Existem evidências empíricas em favor dessa segunda possibilidade. Se o *ou* fosse lexicalmente ambíguo, provavelmente encontraríamos uma língua em que essa ambiguidade não existiria. Provavelmente existiria uma língua em que haveria duas palavras para significar o *ou* exclusivo e o *ou* inclusivo. Como acontece para outras palavras ambíguas. Por exemplo, a palavra *cão* do português é ambígua entre *animal* e *parte de uma arma de fogo*; para o inglês, existem duas palavras distintas para esses objetos (*dog* e *cock*, respectivamente). Embora se encontrem, em algumas línguas, mais de um morfema para exprimir a disjunção, esses morfemas tendem a ser, sistematicamente, ambíguos entre um sentido inclusivo e outro exclusivo.¹⁴ Portanto, parece-nos que temos um caso único nas línguas do que podemos chamar de ambiguidade universal.

Ambiguidade sintática

Repetindo o exemplo (10) em (42), temos:

(42) Homens e mulheres competentes têm os melhores empregos.

Esse é um dos exemplos de ambiguidade gerada pela estrutura, no caso mais específico, gerada pela estrutura sintática: a ambiguidade sintática. Nesse tipo de ambiguidade, não é necessário interpretar cada palavra individualmente como ambígua, mas se atribui a ambiguidade às distintas estruturas sintáticas que originam as distintas interpretações: uma sequência de palavras pode ser analisada (subdividida) em um grupo de palavras (chamado de sintagma) de vários modos. Em (42), o adjetivo *competentes* está modificando *homens e mulheres* ou simplesmente *mulheres*? Uma interpretação acarreta que ambos, homens e mulheres que são competentes, têm os melhores empregos (43a); outra interpretação acarreta que as mulheres que são competentes e os homens têm os melhores empregos (43b):

- (43) a. [Homens e mulheres] competentes têm os melhores empregos.
b. [Homens] e [mulheres competentes] têm os melhores empregos.¹⁵

Outros exemplos de ambiguidade sintática são:

- (44) Alugo apartamentos e casas de veraneio.
(45) O magistrado julga as crianças culpadas.
(46) O Cruzeiro venceu o São Paulo jogando em casa.
(47) Estou com vontade de comer chocolate de novo.

Em (44), teremos uma primeira interpretação se entendermos o sintagma *de veraneio* sendo relacionado ao sintagma *apartamentos e casas*; em uma segunda interpretação, teremos um primeiro sintagma *apartamentos* e um segundo, *casas de veraneio*. Se dividirmos as estruturas usando colchetes, teremos as seguintes possibilidades:

- (48) a. Alugo [apartamentos e casas] [de veraneio].
b. Alugo [apartamentos] e [casas de veraneio].

Em (45), podemos entender que *as crianças culpadas* são *julgadas*; ou temos que *o magistrado julga culpadas as crianças*. Alterando a ordem das palavras, em estruturas com colchetes, temos:

- (49) a. O magistrado [julga as crianças culpadas].
b. O magistrado [julga culpadas] [as crianças].

Em (46), temos a sentença *jogando em casa* relacionada ao Cruzeiro ou ao São Paulo. Nesse exemplo, alterando a ordem dos sintagmas para percebermos quem é o sujeito da sentença com gerúndio, temos as seguintes estruturas:

- (50) a. O Cruzeiro venceu [o São Paulo jogando em casa].
b. [O Cruzeiro jogando em casa] venceu o São Paulo.

Finalmente, em (47), temos o sintagma *de novo* relacionado somente a *comer chocolate* ou a *estou com vontade*. Novamente temos que mudar a ordem dos sintagmas para deixarmos claras as possíveis interpretações. Veja as estruturas:

- (51) a. Eu estou com vontade [de comer chocolate de novo].
b. Eu estou [com vontade de novo] de comer chocolate.

Em todos os exemplos, o que gera a ambiguidade são as diferentes possibilidades de reorganizar as sentenças, ou seja, a possibilidade de ocorrência de diferentes estruturas sintáticas na mesma sentença. Portanto, toda vez que se tratar de uma

ambigüidade sintática, conseguimos mostrar as possibilidades de interpretação da sentença apenas alternando a posição das expressões envolvidas na ambigüidade; o que não acontece com os outros tipos de ambigüidade.

Ambigüidade de escopo

Existe outro tipo de ambigüidade estrutural, a chamada ambigüidade de escopo. Um exemplo dessa ambigüidade é (11), repetido a seguir:

(52) Todos os alunos comeram seis sanduíches.

Em (52), temos as seguintes interpretações: *os alunos todos comeram um total de seis sanduíches* ou *cada aluno comeu seis sanduíches*. A ambigüidade dessa sentença não decorre de um item lexical ambíguo; também não podemos reorganizar a sentença em duas estruturas possíveis. A ambigüidade de (52) decorre de uma estrutura, mas não da estrutura sintática, e, sim, da estrutura semântica da sentença, que gera as duas interpretações: é a maneira de organizar a relação de distribuição entre as palavras que expressam uma quantificação que gera a ambigüidade. Ou temos uma interpretação coletiva, em que a expressão *todos os alunos* tem como alcance, ou escopo, *seis sanduíches*, como um todo,¹⁶ ou temos uma interpretação distributiva, em que *cada aluno* tem *seis sanduíches* como escopo. Vejamos outros exemplos de ambigüidade de escopo envolvendo quantificadores:

(53) Os alunos dessa sala falam duas línguas.

(54) O Carlos e o José são ricos.

(55) Todo mundo ama uma pessoa.

(56) O Léo deu um livro para todas as garotas.

Em (53), podemos interpretar que *todos os alunos falam as mesmas duas línguas* ou que *cada aluno fala duas línguas distintas*. Poderíamos ter representações assim:¹⁷

(57) todos os alunos → falam (as mesmas) duas línguas

(58) cada aluno → fala duas línguas (diferentes)

Em (54), temos que *o Carlos e o José, juntos, são ricos* ou que *cada um separado é rico*. Podemos ter as seguintes representações:

(59) O Carlos e o José (todos) → são ricos (juntos)

(60) cada um → é rico (separado)

Em (55), pode-se entender que *todo mundo ama a mesma pessoa* ou que *cada pessoa ama uma pessoa diferente*. Vejamos as representações:

(61) todo mundo → ama uma (mesma) pessoa

(62) cada pessoa → ama uma pessoa (diferente)

Finalmente, em (56), temos que *o Léo deu um único livro para todas as garotas* ou que *cada garota recebeu um livro diferente*. As representações seriam:

(63) todas as garotas → receberam um livro (único)

(64) cada garota → recebeu um livro (diferente)

Seguindo ainda a observação de Pagani (2009), podemos realçar que, na verdade, os quantificadores não são os únicos tipos de expressão linguística que apresentam a ambigüidade de escopo. Além deles, há uma série de outros operadores que, quando aparecem juntos na mesma sentença, apresentam também a ambigüidade de escopo.¹⁸ Vejamos um exemplo:

(65) O João não namorou todas as garotas da sala.

Uma primeira interpretação para essa sentença seria: O João não namorou nenhuma aluna da sala. Nessa interpretação dizemos que a quantificação universal *todas as garotas* tem alcance, ou escopo, sobre o operador da negação. Uma segunda interpretação seria: O João namorou algumas garotas da sala. Nessa interpretação dizemos que a negação tem escopo sobre a quantificação universal, negando-a.

Portanto, com a ambigüidade de escopo, temos outro exemplo de ambigüidade relacionada à estrutura da sentença. A diferença básica entre elas é que, quando há a ambigüidade sintática, conseguimos reorganizar a mesma sentença em diferentes estruturas lineares; quando há a ambigüidade de escopo, não se têm duas formas lineares de organizar a sentença, mas há duas estruturas subjacentes (ou formas lógicas) distintas.

Ambigüidade por correferência

A ambigüidade por correferência é um tipo de ambigüidade sistemática que não tem sua origem nem nos itens lexicais, nem na organização sintática da sentença e nem no escopo da sentença. A ambigüidade é gerada pelo fato de os pronomes poderem ter diversos antecedentes:

(66) O ladrão_i roubou a casa do José_j com a sua_{ij} própria arma.

(67) O José_i falou com seu_{ij} irmão?

As interpretações possíveis são atribuídas ao tipo de ligação entre os pronomes das sentenças. Em (66), o pronome *sua* pode estar coindexado, em uma ligação anafórica, tanto com *o ladrão* quanto com *o José*. Temos, então, duas interpretações distintas para a sentença: uma em que o ladrão usou a arma dele para roubar a casa e outra em que o ladrão usou a arma de José.¹⁹ Em (67), podemos entender que o falante quer saber se o José falou com o irmão do José, uma ligação anafórica, ou se foi com o irmão de quem escuta a pergunta, tratando-se, portanto, esta última, de uma ligação dêitica.

Atribuição de papéis temáticos

Assume-se geralmente que, a partir da relação de sentido que o verbo estabelece com seu sujeito e com seu complemento, seus argumentos, ele atribui uma função semântica, um papel, dentro da sentença a esses argumentos. A essa propriedade semântica dá-se o nome de papel temático, noção que veremos detalhadamente no capítulo “Papéis temáticos”. Porém, adiantarei neste ponto que também a atribuição de papéis temáticos pode ser geradora de ambiguidades. Vejamos o exemplo:

- (68) O João cortou o cabelo.
(69) O doutor João operou o nariz.

Um mesmo verbo pode atribuir diferentes papéis temáticos para um mesmo argumento, em interpretações distintas. Em (68) e em (69), os verbos *cortar* e *operar* podem atribuir tanto o papel de agente como de beneficiário aos sujeitos das sentenças. Temos para (68): *o João é cabeleireiro e cortou o cabelo de alguém* ou *o João foi cortar o cabelo com o cabeleireiro*. Em (69): *o doutor João é médico e operou o nariz de alguém* ou *o doutor João teve seu nariz operado por alguém*. Essa ambiguidade parece ocorrer com uma classe específica de verbos, em que existe a possibilidade de você fazer determinada ação ou de alguém fazer essa ação por você:

- (70) A Maria fez as unhas.
(71) A Maria fez uma escova.
(72) A Maria fotografou bem.
(73) A Maria xerocou o material.

Nesses exemplos, ou a própria Maria fez suas unhas, fez uma escova em seu cabelo, fotografou alguma coisa e xerocou seu material, sendo a agente de todas essas ações, ou alguém fez as unhas da Maria, fez uma escova na Maria, fotografou a Maria e xerocou o material para a Maria, sendo a Maria, nesses casos, a beneficiária dessas ações descritas.

Construções com gerúndios

Apesar de não ser uma ambiguidade muito aceita pelos falantes, alguns manuais de redação apresentam construções com gerúndio como sendo ambíguas e, portanto, estruturas a serem evitadas por quem escreve:

- (74) Estrando atrasado aquele dia, o João não entrou na sala.
(75) Prevendo uma resposta indelicada, não o interoguei.

Segundo alguns autores, sentenças contendo gerúndios, como (74) e (75), podem gerar uma dupla interpretação: existe uma leitura temporal ou uma leitura causativa possíveis. Podem-se parafrasear as sentenças, respectivamente:

- (76) a. O João não entrou na sala, quando estava atrasado.
b. O João não entrou na sala, porque estava atrasado.
(77) a. Não o interoguei, quando previ uma resposta indelicada.
b. Não o interoguei, porque previ uma resposta indelicada.

Entretanto, não é unanimidade que (76a) e (77a) sejam possíveis parafrases para (74) e (75).

Ambiguidades múltiplas

As sentenças nem sempre apresentam ambiguidades de um único tipo. Os vários tipos explicitados anteriormente podem aparecer concomitantemente, em uma mesma sentença. Às vezes, se interpretarmos um item lexical de uma determinada maneira, teremos uma determinada estrutura sintática; se interpretarmos esse mesmo item de outra maneira, teremos outra estrutura sintática. Há, nesse caso, uma ambiguidade lexical e sintática:

- (78) O Jorge não tinha ouvido.
(79) O Arlindo tirou os pés da mesa.

Em (78), se interpretarmos *ouvido* como sendo um nome que tem como sentido *habilidade musical*, só poderemos ter a estrutura sintática em que *ouvido* é um complemento do verbo *ter*:

- (80) O Jorge [não tinha] [ouvido].

Entretanto, se interpretarmos *ouvido* como sendo o particípio do verbo *ouvir*, só poderemos ter a estrutura sintática em que existe um tempo verbal composto, e a sentença não tem complemento:

(81) O Jorge [não tinha ouvido].

Em (79), se interpretarmos *os pés* como sendo um suporte da mesa, só poderemos ter o sintagma *os pés da mesa* como complemento de *tirar*:

(82) O Arlindo tirou [os pés da mesa].

Ou se interpretarmos *os pés* como sendo uma parte do corpo humano, eles só podem ser do Arlindo e, então, só podemos entender a sentença com a divisão do sintagma *os pés da mesa* em dois sintagmas distintos:²⁰

(83) O Arlindo_i tirou [os pés_j] [da mesa].

Outro exemplo dessa multiplicidade pode ser representado pelos exemplos de ambiguidade lexical com a preposição *de*. A cada interpretação a seguir, atribuídas ao exemplo (23), repetido aqui como (84), temos um distinto papel temático sendo atribuído a *Maria*:

(84) O quadro da Maria é muito bonito.

Se o quadro foi pintado pela Maria, ela é o agente da ação; se a Maria tem a posse do quadro, ela é a possuidora; e se a Maria é a modelo do quadro, ela é o objeto da ação. Também, no exemplo (24) de ambiguidade lexical, repetido aqui como (85):

(85) O burro do Paulo anda doente.

se interpretarmos *burro* como sendo um nome, referindo-se a animal, o Paulo só poderá ser o possuidor; se interpretarmos *burro* como sendo um adjetivo pejorativo, o Paulo só poderá ser entendido como quem recebe uma característica. Portanto, também teremos uma ambiguidade em relação à atribuição de papéis temáticos.

Ainda, um último exemplo, repetido como (86):

(86) O ladrão_i roubou a casa do José_j com a sua_{ij} própria arma.

Se entendermos que a correferência é de o ladrão com a sua arma, teremos a seguinte estrutura sintática:

(87) [O ladrão com a sua própria arma] roubou a casa do José.

Se entendermos que a correferência é de o José com a sua arma, teremos o seguinte:

(88) O ladrão roubou a casa do [José com a sua própria arma].

Veja que nem sempre que ocorre a ambiguidade por correferência tem-se também uma ambiguidade sintática. Alguns livros trazem a ambiguidade por correferência como sendo sintática. Mas se pensarmos que a ambiguidade sintática é a possibilidade de reorganizar a sentença de várias maneiras, veremos que, em (67), por exemplo, isso não é possível.

Para concluir, quero esclarecer que, apesar de eu ter classificado os vários tipos de ambiguidade, não é sempre tão fácil assim fazer essas distinções, como parecem sugerir os exemplos. Além disso, a análise dos exemplos mostrados não é exaustiva. Com certeza, o leitor ainda encontrará outras interpretações possíveis para os exemplos dados. Para esta introdução, entretanto, o relevante é mostrar alguns tipos de ambiguidade existentes na língua e despertar a curiosidade do leitor para um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

Exercícios

I. Elabore um exemplo de cada tipo de ambiguidade tratado neste capítulo.
II. Estabeleça a origem das ambiguidades nas sentenças a seguir:

- 1) Falando em chocolate, me deu uma vontade de comer.
- 2) A terra está acabando.
- 3) Os eleitores revoltam-se contra os deputados por causa dos seus salários.
- 4) Os alunos conseguiram lugar no teatro.
- 5) Abandonei-o contrariado.
- 6) Os especialistas debateram ontem as saídas para a crise em São Paulo.
- 7) A Maria pediu para ela sair.
- 8) O Flamengo venceu o Atlético jogando em casa.
- 9) O João xerocou todos os livros.
- 10) Ele é tido por protetor de pivete ou travesti?
- 11) O João e o José estudam em dois turnos.
- 12) O menino viu o incêndio do prédio.
- 13) O João comprou balas para o José perto de sua casa.
- 14) Ela perdeu a cadeira no departamento.
- 15) A Maria perseguiu a Paula como se ela estivesse louca.

- 16) O banco está quebrado.
- 17) O Paulo e a Maria leram quinze livros.
- 18) A Natália sofria muito com aqueles cálculos.
- 19) O João não ajudou todos os meninos.
- 20) A escola precisa urgentemente de bons livros e mestres.
- 21) O João comprou a casa do Paulo por um bom preço.
- 22) A Célina lembrou-se do Maurílio na igreja.
- 23) Todos da sala assistiram a dois filmes.
- 24) Cachorro fez mal à moça.
- 25) O depurado falou sobre a igreja.
- 26) A Sônia recebeu o livro emprestado.
- 27) Estando adiantado, o João não saiu àquela hora.
- 28) A Maria tem algumas provas.
- 29) A Maria fez as unhas.
- 30) O cachorro do vizinho anda esquisito.
- 31) Julgando inúteis as caurelas, curvei-me à fatalidade.
- 32) O João pintou as paredes da sua casa.
- 33) O Jorge ama a Rosa tanto quanto o João.
- 34) O Marcos e o Paulo são poderosos.
- 35) Ela fez aquilo por mim.
- 36) O aluno passou a cola muito bem passada.
- 37) A Maria fotografou superbem.
- 38) Quem fala francês, João ou Maria?
- 39) Todos os alunos não fizeram a prova.
- 40) O João construiu uma casa na praia.

Indicações bibliográficas

Em português: Chierchia (2003, cap. 4), Pres de Oliveira (2001, cap. 2 e cap. 5) e Lari e Gerardi (1987, cap. 4).
Em inglês: Saeed (1997, cap. 3 e 10), Chierchia e McConnell-Ginet (1990, cap. 1), Hurford e Heasley (1983, cap. 3), Lyons (1977, cap. 7) e Kempson (1977, cap. 8).

Notas

- 1 Encontra-se, também, a terminologia *significáveis* sigo, aqui, a tradução dada por Pagani, Negri e Lari em Chierchia (2003).
- 2 Ver discussão sobre o assunto em Firth (1957), Halliday (1966), Lyons (1965), Kempson (1977), Saeed (1997) e Chierchia (2003).
- 3 Essa forma é uma adaptação das formas *do so, so do, do so too* do inglês, propostas por Kempson (1977).
- 4 Esse fenômeno, tratado por Rosch (1973, 1975) em sua teoria de protótipos e desenvolvido em termos linguísticos por Fillmore (1982) e Lakoff (1987), será visto no capítulo "Protótipos e metáforas" deste manual.

- 5 Não confunda o uso do contexto para resolver questões semânticas, como a ambigüidade e a vagueza, como sendo a própria ambigüidade ou a própria vagueza um fenômeno contextual.
- 6 A partir de sugestões de Pagani (2009), fiz algumas correções no exposto a seguir.
- 7 Relembrando, temos que sinagma nominal (SN) é um grupo de palavras que ocorre, preferencialmente, na seguinte ordem no português: um determinante, um nome e um qualificador. Somente o nome, o núcleo, tem a obrigatoriedade de estar presente, sendo os outros elementos opcionais.
- 8 Pustejovsky (1995) aponta para o fato de que a palavra *banco* pode ter, também, uma outra interpretação: o lugar financeiro *banco* e a instituição *banco*, sem que esta última seja necessariamente fática. Existem várias outras palavras que têm ambigüidade semelhante: *livro* – o próprio objeto e o conteúdo; *xerox* – a máquina ou o lugar onde se faz etc. Pustejovsky chama esse tipo de ambigüidade de polissemia complementar.
- 9 Como já explicitado anteriormente, o fenômeno da polissemia também será tratado sob outra perspectiva, a cognitiva, no capítulo "Protótipos e metáforas".
- 10 Ver Perini (1999).
- 11 Repare que, nesse caso, também temos a ambigüidade do item lexical *burro*: com a ideia da posse relacionada ao *de* trata-se do burro animal; se temos a ideia de atribuição de qualidade relacionada ao *de*, temos o burro como um adjetivo pejorativo.
- 12 Sobre a questão de composição e léxico, ver Pustejovsky (1995).
- 13 O contexto, no caso, parece ser a prosódia, segundo conclusões de Lopes (2001).
- 14 Chierchia (2003: 604), em nota, alude ao fato de que o contraste entre *vel* e *mir* do latim é citado, às vezes, como um possível caso de desambigüização do *ou*. Mas os fatos são bastante controversos.
- 15 A representação dada por colchetes visa facilitar a leitura dos iniciantes em Linguística. Essas representações poderiam também ser dadas pelas estruturas arbóreas, bastante usadas em teorias gerativistas.
- 16 Note que a maneira de distribuição desses sanduíches é vaga: a metade dos alunos pode ter comido três e a outra metade três, ou um aluno pode ter comido um e os outros cinco alunos quatro, e assim por diante.
- 17 Não usarei as representações em linguagem de lógica de predicados, para facilitar a leitura aos iniciantes em Semântica.
- 18 Ver, sobre quantificação e escopo no português brasileiro, o capítulo 5 de Pres de Oliveira (2001).
- 19 Apesar de alguns alegarem uma leitura dêitica do pronome *me* neste exemplo, não me parece possível essa interpretação por causa de *própria*, que remete a uma interpretação somente anafórica.
- 20 Pagani (2009) mostra que é possível haver mais interpretações para a sentença em (79).